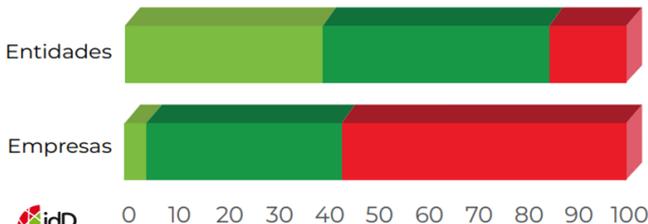


EMPRESAS E ENTIDADES

Tipo de I&D realizada por empresas e entidades de Defesa (% do total)

Investigação Fundamental Desenvolvimento Experimental
Investigação Aplicada



ENTIDADES E EMPRESAS QUE ATUAM NA ECONOMIA DE DEFESA



ECONOMIA DA DEFESA

A ECONOMIA DA DEFESA AO SERVIÇO DA PAZ

Página 2

PRESIDENTE DA EURODEFENSE PORTUGAL NA MADEIRA

Página 3

A INDÚSTRIA DE SEGURANÇA E DEFESA

Página 4

SUGESTÕES DE LEITURA

5

ECONOMIA DE DEFESA: O FUTURO DA TECNOLOGIA MILITAR EUROPEIA

Página 6

Desde a sua fundação, há 25 anos, o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal sempre conferiu a maior prioridade ao estudo, à reflexão e ao debate sobre a Economia da Defesa, tema de referência desta Newsletter.

Diria mesmo que, até à criação, em 2014, da idD-Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, hoje, idD Portugal Defence, EuroDefense-Portugal era das poucas entidades públicas ou privadas que promovia encontros, mesas redondas, conferências e jornadas dedicadas a desenvolver o tema da dimensão estratégica do investimento na área da defesa, com especial atenção para a divulgação dos desafios e oportunidades que os fundos europeus oferecem ao sector tecnológico e industrial da defesa, ainda que inicialmente limitados a projetos de duplo uso (vide: Sínteses EuroDefense n.ºs 9, 10 e 11 / 2006 e 2007 e Cadernos EuroDefense n.ºs 2 -2000 e 14 - 2014).

O tema da economia de defesa aparece estreitamente ligado à reflexão que se tem vindo a fazer na Europa, com maior acuidade nos últimos 10 anos, sobre a ponderação das despesas militares, num cenário de escassos recursos e de necessidades prioritárias noutros sectores, designadamente, saúde, educação e setor social. Daí a importância de trazer a economia para a área da defesa, isto é, introduzir a análise económica no planeamento estratégico militar, a partir de uma visão global das necessidades das forças armadas para cumprirem as suas missões face aos recursos disponíveis.

Portanto, quando se fala de economia da defesa, do que se trata é compatibilizar a estratégia de defesa militar com a estratégia de desenvolvimento económico, ou seja, reconhecer que os investimentos na defesa nacional e nas forças armadas constituem um potencial económico para beneficiar outros sectores - as indústrias, as PMEs, o sector científico e tecnológico - sem prejuízo da sua finalidade principal que é a de dotar as Forças Armadas das capacidades necessárias para cumprirem as suas missões.

Nesta perspetiva e especialmente em tempos de austeridade e de crise, a despesa com a defesa deve ser vista não só como o preço a pagar por esse bem público essencial que é a segurança e a defesa nacional, mas também pelos benefícios macroeconómicos substanciais decorrentes dos investimentos e das despesas militares, especialmente, em termos de emprego altamente qualificado e de aquisição de novas capacidades de Investigação e Desenvolvimento e sua consequente expressão em inovação de matriz tecnológica.

Lisboa, 30 de novembro de 2022

António Figueiredo Lopes
Presidente da Direção



ECONOMIA DA DEFESA AO SERVIÇO DA PAZ

Ao aproximar-se o fecho do quinto lustro do século XXI, percebe-se que, na União Europeia, potência em formação (e em reconstrução) que gera interrogações desafiadoras, cada tempo foi sendo e será marcado pela qualidade, profundidade, impacto e estruturação de respostas políticas e económicas tendo presentes os riscos, a ambição e os antecedentes históricos associados à ideia de Europa como espaço civilizacional comum. Os principais fatores de convergência que conduziram ao longo dos tempos à constituição de unidades políticas, de geometria variável, que se foram gradualmente afirmando até se alcançar o estado atual de convergência de interesses e objetivos comuns, tiveram sempre como desiderato maior construir um futuro de paz e de solidariedade comum.

A experiência que se vai acumulando na União Europeia vai, também, abrindo novas perspetivas de cooperação, a que no presente se chamam especialmente à colação os domínios ligados à segurança e à defesa, enquanto instrumentos essenciais para a construção de um projeto comum em que a paz, o progresso, e o bem estar associado a uma cultura que tem tradução prática numa mais consistente equidade económica e social, onde os princípios da cidadania digna, não obstante a irritante multiplicação de situações divergentes, são o guia de uma maioria dos europeus, apesar dos sobressaltos de todos conhecidos.

Partindo da ideia de que a defesa da economia, lida no binómio de modelo de vida / qualidade de vida, se tornou assunto central nas sociedades modernas, onde inegáveis lutas por supremacias nos mercados (de todo o tipo), são disfarçadas demasiadas vezes de lutas por supremacias político-militares, percebe-se que as consequências das decisões do presente são de tal modo impactantes que passarão reconfigurar não só o futuro da Europa que iremos legar (tudo com tons muito diferentes, consoante as leituras de cada grupo de pressão e interesse, lhe vai imprimindo) como de toda a envolvente da uma tradição de cultura e cidadania comum.

Paralelamente teremos igualmente em conta que num tempo em que é já muito clara a nova articulação dos fatores de produção, a economia da defesa (estudo da dimensão económica - custo / benefício - das funções de defesa e segurança que, por força das circunstâncias, passam a ser parte integrante da capacidade económica do todo e de preservação do modelo de desenvolvimento adotado por qualquer economia politicamente organizada) emerge como área de estudo com renovado interesse no seio da União Europeia.

Trata-se do ponto de vista estritamente militar de uma função “monopólio” do Estado que, por inerência, assume a exclusividade. Pese embora existam interpretações e enquadramentos distintos para a abordagem deste tipo de análise, desembocando inevitavelmente na análise dos custos de envolvimento operacional dos ativos (humanos e materiais) em operações militares, e sua necessidade de articulação em contínuo, fixando como benefícios, os alcançados à luz da estratégia que determinou o envolvimento operacional, até um limite de análise em que são igualmente envolvidos os custos inerentes à construção de capacidades consistentes de dissuasão, considerados globalmente como “custo natural da paz”.

(Extrato de um artigo inédito sobre A ECONOMIA DA DEFESA E A DEFESA DA ECONOMIA) de **Fernando Borges Gonçalves**, economista, professor universitário, membro do EuroDefense-Portugal e do Conselho Estratégico da SEGUREX – Fundação AIP).



ECONOMIA DE DEFESA EM PORTUGAL

A CAMINHAR EM DIREÇÃO AO FUTURO

A idD Portugal Defence reuniu um conjunto de informações que permite fazer um retrato daquilo que é a Economia de Defesa em Portugal.

De números sobre a atividade média das entidades até à caracterização dos Recursos Humanos do setor, aqui encontrará alguns dos dados preliminares recolhidos pela Portugal Defence ao abrigo do protocolo com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Transição Digital e com o Instituto de Defesa Nacional



Factsheet: Economia de Defesa 2022



Factsheet: Economia de Defesa 2021



Livro: Economia da Defesa em Portugal



Conselho define orientação geral sobre a dinamização da contratação pública conjunta

O conselho chegou hoje a cordo acerca de uma orientação geral sobre a proposta de regulamento relativo ao estabelecimento de um instrumento para fortalecer a indústria europeia da defesa através da aprendizagem pública conjunta. A orientação geral significa que o Conselho tem um acordo político que lhe serve de base para iniciar agora como sucesso com o Parlamento Europeu.

Na orientação geral, o Conselho confirmou a proposta da Comissão de afetar 500 milhões de euros do orçamento da UE para o período compreendido entre a entrada em vigor do regulamento e 2024, a fim de incentivar ações que deem responder às necessidades mais urgentes e críticas produtos de defesa. Essas ações são levadas a cabo por um consórcio constituído por, pelo menos, três Estados-Membros.

PRESIDENTE DA EURODEFENSE-PORTUGAL NA MADEIRA



CONFERÊNCIA SOBRE ECONOMIA DA DEFESA Madeira

A convite da Diretora do Instituto da Defesa Nacional, Prof^a. Doutora Isabel Ferreira Nunes, o Presidente do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, Dr. António Figueiredo Lopes, participou na Sessão de Abertura da sétima edição do Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE) e na Conferência sobre a "Economia de Defesa" coorganizada pelo Instituto da Defesa Nacional, a Universidade da Madeira e a idD Portugal Defence, nos dias 21 e 22 de novembro.

A Conferência sobre a "Economia de Defesa" realizou-se no dia 22 de novembro, no Auditório da Reitoria da Universidade da Madeira, no âmbito do debate público para a "Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional". Na sessão de abertura participaram a Diretora do Instituto da Defesa Nacional, Prof^a. Doutora Isabel Ferreira Nunes; o Reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Sílvio Moreira Fernandes; e a Presidente da idD Portugal Defence, Dra. Catarina Nunes. O Dr. Figueiredo Lopes fez uma intervenção inicial sobre **"A Dimensão Estratégica das Indústrias de Defesa"**.

No dia anterior realizou-se no Salão Nobre do Governo Regional da Madeira a Sessão de Abertura da sétima edição do Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE) do Instituto da Defesa Nacional na Região Autónoma da Madeira, sob a presidência do Presidente do Governo Regional Dr. Miguel Albuquerque e com a presença do CEMGFA, Almirante Silva Ribeiro, em deslocação oficial à Madeira e das mais altas autoridades civis e militares da Região Autónoma da Madeira.



CURSO INTENSIVO DE SEGURANÇA E DEFESA Madeira 2022/2023

A diretora do IDN, Prof. Doutora Isabel Nunes proferiu o discurso de abertura do curso e saudação aos auditores, estando a lição inaugural a cargo do Presidente da EuroDefense-Portugal Dr. Figueiredo Lopes, cujas intervenções mereceram especial destaque no Jornal da Madeira assim como na RTP Madeira.



Figueiredo Lopes defende reforço nos orçamentos e indústria da Defesa na Europa

Portugal deve investir mais nas Forças Armadas

O antigo Ministro da Defesa António Figueiredo Lopes considera que é necessário investir nas forças armadas. Alertas e desafios que surgiram depois da guerra da Ucrânia. Uma tomada de consciência para manter firme a estratégia de defesa do país.



Portugal deve investir mais nas Forças Armadas

Sétimo curso sobre segurança e defesa começou hoje na Região

O Instituto da Defesa Nacional pretende introduzir novos conteúdos nos cursos que realiza nos Açores e na Madeira.



Sétimo curso sobre segurança e defesa



Ver mais

O Modelo da Hélice Tripla da Sociedade do Conhecimento está substituindo o Modelo de Liderança do Estado?

A indústria de defesa possui características únicas que envolvem a soberania nacional. Apesar das características que levaram à separação das esferas militar e civil, desde a década de 1990, o número de projetos de dupla utilização vem crescendo. Tendo em conta que Portugal é um pequeno país europeu, este artigo analisa as relações dentro da indústria da defesa para determinar como funcionam as relações universidade-indústria-governo (a Tríplice Hélice) nesta indústria específica. A análise de 145 projetos do Ministério da Defesa português levou às seguintes conclusões: primeiro, a academia esteve representada em mais de 90% dos projetos, sendo que 40% desses projetos têm aplicação dual-use; segundo, há uma predominância da produção, disseminação e aplicação do conhecimento, para o qual a esfera institucional da universidade é essencial e terceiro, o sistema Hélice Tríplice evoluiu para uma rede de relacionamentos que envolve projetos com aplicações civis e militares.



A INDÚSTRIA DE SEGURANÇA E DEFESA



[Ver mais](#)

Um setor estratégico

É claro que vivemos em tempos de rápidas mudanças na indústria. As principais economias do mundo procuram colocar a indústria como um dos seus eixos prioritários de atuação para garantir o crescimento das suas economias e, em última análise, o bem-estar dos seus cidadãos. O setor industrial apresenta grandes vantagens em relação aos demais setores da economia em relação à estabilidade e qualidade do emprego, como motor de inovação, com capacidade de resiliência frente às mudanças dos ciclos económicos muito superior a qualquer outro setor produtivo, então o apoio decidido parece uma decisão sensata.

A União Europeia não é estranha a este fenómeno e tem vindo a destacar permanentemente a necessidade de promover uma política industrial europeia ativa num contexto em que os nossos concorrentes de outras áreas geográficas têm investido fortemente nas suas indústrias enquanto a Europa tem perdido liderança em algumas áreas tecnológicas chave.



A GUERRA DA RÚSSIA E O RITMO ACELERADO DAS INICIATIVAS DE DEFESA DA UE



[Ver mais](#)

A guerra da Rússia com a Ucrânia está galvanizando as iniciativas de defesa da União Europeia, mas o que isso significará para as indústrias domésticas de defesa do continente?

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia não apenas revigorou a OTAN, mas também forçou o ritmo das iniciativas de defesa da União Europeia. Dias antes da invasão de fevereiro, a Comissão Europeia apresentou propostas relativamente tímidas para apoiar a indústria de defesa da UE, mas dentro de semanas planos muito mais ambiciosos estavam sendo discutidos. No entanto, o conflito está simultaneamente colocando outros desafios de demanda para as indústrias de defesa da Europa.

Em 15 de fevereiro de 2022, a Comissão apresentou seu chamado Pacote de Defesa, que delineou várias ideias para complementar os esforços existentes para fortalecer o setor industrial de defesa da UE. Destes, talvez o mais intrigante foi uma proposta para introduzir novos bônus no Fundo Europeu de Defesa (FED) para a aquisição subsequente de tecnologias financiadas pelo EDF pelos estados-membros da UE.



[Ver mais](#)

O Pacote Completo

Como os Estados-Membros da UE estão a aumentar as despesas com a defesa e a reforçar as suas Forças Armadas, o papel das instituições da UE é pressionar para que esses esforços sejam coordenados, de modo a que os meios adicionais gerem o máximo de força adicional.

O Fundo Europeu de Defesa (FED) já permite aos Estados-Membros projetar e construir coletivamente novas armas e equipamentos. O recém-anunciado instrumento de aquisição conjunta, EDIRPA, permitirá aos Estados-Membros adquirir coletivamente o que construíram em conjunto (ou fora da prateleira).

Mas a coordenação pode e deve ir além e olhar para as próprias capacidades: as próprias unidades militares que serão equipadas com os novos sistemas de armas. A chave para maximizar a eficiência, mas também a interoperabilidade e empregabilidade das forças armadas da Europa, reside na criação de pacotes de forças multinacionais permanentes, com unidades nacionais como blocos de construção. Como isso funcionaria?

Tomando o exército como exemplo, os alicerces seriam as brigadas nacionais, a serem permanentemente ancoradas em um corpo ou divisão militar multinacional.



[Ver mais](#)

Conciliando Concorrência e Desafios Geoeconómicos

As suposições básicas da UE, nas quais ela fundamenta seu poder econômico e comercial, estão constantemente sendo postas em dúvida. Os principais parceiros comerciais da UE, os EUA e a China, estão cada vez mais focados em proteger suas cadeias de abastecimento, o que pode promover uma possível dissociação.

É provável que essa mudança seja acelerada no contexto de crescente instabilidade geopolítica. O multilateralismo e os princípios do comércio internacional são cada vez mais desafiados pelo enfraquecimento das instituições internacionais e pelo recurso a práticas de mercado assimétricas, enquanto a liderança tecnológica será fundamental na luta pela liderança global. Baseando-se fundamentalmente na abertura económica, a UE está comparativamente mal equipada para responder a estes desenvolvimentos. Sua maior economia, a Alemanha, é impelida a se afirmar se não quiser perder em competitividade. Enquanto a UE desenvolve estratégias, políticas e instrumentos para se adaptar a esta mudança de circunstâncias e aumentar a sua resiliência, será necessária uma mudança de mentalidades, deixando para trás os interesses políticos e económicos de curto prazo.

SUGESTÕES DE LEITURA



MADE IN PORTUGAL

Ver mais

A indústria durante a guerra colonial (1961-1974)

As indústrias de defesa têm um papel estratégico pois fornecem os meios que os Estados usam na defesa nacional. Estas estruturas apresentam-se diversas no seu setor de atividade, assim como na dimensão e escala do seu nível produtivo e tecnológico. No que diz respeito à Estratégia, entendida à luz do pensamento de Abel Cabral Couto, as indústrias de defesa constituem ativos enquadrados na lógica da estratégia genética e do fortalecimento de potencial estratégico. O presente ensaio aborda o caso das indústrias de defesa portuguesas durante a guerra colonial (1961-1974) e examina o seu papel estratégico através de três casos de estudo. Não sendo Portugal um país de grandes capacidades económicas ou militares, verifica-se que a atividade industrial empreendida durante esse período foi essencial para o esforço de guerra então conduzido, representando um notável exemplo de conversão e capacitação industrial.



DEFENDER. RESISTIR. REPETIR

Ver mais

As lições da Ucrânia para a defesa europeia

A resposta da Ucrânia à invasão russa contém lições vitais para o resto da Europa. Kiev colocou a resistência entre sociedades no centro da sua defesa nacional, reunindo todas as agências militares e de segurança sob um único comando, auxiliado pelo apoio da população civil. Desde 2014, o país transformou as suas forças armadas, melhorando a logística e as comunicações e capacitando oficiais de nível médio; colocar em prática uma rede de reservistas; e tomou medidas para garantir a resiliência mais ampla da sociedade ucraniana às crises. Construiu essa abordagem tanto na adoção das melhores práticas da NATO quanto num movimento único de voluntários que arrecadam fundos para apoiar o esforço de guerra, mesclando defesa e medidas para aumentar a resiliência nacional num único sistema.



REALIZANDO A CAPACIDADE DE IMPLANTAÇÃO RÁPIDA DA UE

Ver mais

Oportunidades e armadilhas

Quando a Bússola Estratégica da UE estava quase concluída no final de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia. Consequentemente, as referências à Rússia no texto da Bússola foi adaptado para um conteúdo mais bélico. No entanto, o nível militar de ambição permaneceu inalterado, pois já tinha sido acordado informalmente pelos estados-membros da UE. No final de março, quando o Conselho adotou formalmente a Bússola, a Capacidade de Implantação Rápida da UE tornou-se o novo ponto focal para tarefas de gestão de crises no contexto da Política Comum de Segurança e Defesa.

Embora a atenção de estrategistas, planeadores de defesa e especialistas em armamento se tenha voltado para o fortalecimento da defesa coletiva como resultado da guerra na Ucrânia e da Cimeira da NATO em Madrid, a instabilidade nas áreas ao sul e sudeste da Europa continua a sendo mais a norma do que a exceção. A Capacidade de Implantação Rápida da UE deve fornecer à UE a capacidade militar para ser destacada em situações de crise quando necessário, também levando em consideração que os EUA têm menos probabilidade de agir na vizinhança do sul da Europa no futuro. Metas ambiciosas foram definidas no que diz respeito à composição flexível da Capacidade de Implantação Rápida e ao cronograma de seu status operacional inicial em 2025.



GUERRAS POR VIR, EUROPEUS PARA AGIR

Ver mais

Um estudo sobre o futuro militar da Europa

“A guerra da Rússia na Ucrânia foi um alerta estratégico para os líderes europeus, levando a um aumento nos orçamentos de defesa em toda a Europa e levando a Finlândia e a Suécia a procurar abrigo sob o guarda-chuva de defesa coletiva da NATO. Uma coisa é certa: a Europa terá de assumir um papel mais importante na manutenção da paz e da estabilidade na sua própria região e vizinhança.

Usando uma abordagem multi-método, que inclui a maior pesquisa de especialistas em defesa europeus desde a invasão russa da Ucrânia, consultando mais de 80 especialistas de 22 países, este relatório explora onde a Europa tem maior probabilidade de intervir militarmente nos próximos dez anos. Ele antecipa onde conflitos armados e instabilidade são mais prováveis de ocorrer, como os interesses europeus serão afetados e estabelece uma agenda política abrangente para os decisores de políticas europeus.

Mesmo com os atuais reforços das capacidades militares por toda a Europa, os constrangimentos materiais e políticos não vão desaparecer. Portanto, escolhas preparadas para o futuro precisam ser feitas para abordar os principais desafios de segurança e identificar as respostas políticas necessárias.



Neste ponto procura-se introduzir alguns aspetos históricos geopolíticos que ajudam a perceber a relevância da economia de defesa, sobretudo para Portugal, e o seu conceito em si mesmo. A economia de defesa tem vindo a ter relevância ao longo do tempo devido ao leque de ameaças à segurança mundial sendo o marco temporal mais importante, o surgimento da Globalização, que iniciou com o culminar da Guerra Fria.

É a partir do fenómeno da Globalização que surgem assunto de relvo para a segurança e defesa mundial tais como, terrorismo, comércio de armas, gestão de conflitos, corrida ao armamento. Temas que são equacionados em despesas militares, gestão de recursos humanos (civis) e de Forças Armadas.

Os acontecimentos anteriormente apresentados justificam e remetem para uma clarificação dos conceitos de economia de defesa e de defesa económica, por vezes objeto de alguma confusão. Ambos têm, uma definição distinta, mas na prática relacionam-se. investigação e desenvolvimento (I&D)” (2021, p.16).



A União Europeia conta com o espaço para a sua soberania económica e segurança e defesa. Sem capacidades baseadas no espaço, a UE não poderia gozar de qualquer grau de autonomia estratégica em segurança e defesa. Desde a adoção e endosso da Bússola Estratégica, o espaço apenas aumentou a sua relevância para a UE na área de segurança e defesa. De facto, a Bússola exige uma estratégia específica da UE para espaço e defesa. No entanto, o espaço e a defesa não são uma nova via de política para a UE e os quadros de cooperação em defesa, como a Cooperação Estruturada Permanente e o Fundo Europeu de Defesa, já financiam e promovem programas de capacidade relevantes para o espaço. Um grande desafio que a UE enfrenta, à medida que desenvolve as suas políticas espaciais, é como garantir que a União possa desenvolver uma estratégia espacial e de defesa credível, investindo simultaneamente nas capacidades de defesa espacial mais adequadas.



Como a guerra na Ucrânia remodelará a política de defesa da UE?

Esta análise examina as potenciais implicações da guerra na Ucrânia para a política de segurança e defesa da UE, em particular a necessidade de passar de um paradigma de gestão de crises no exterior para uma abordagem baseada na defesa e dissuasão territorial. Dada a primazia da NATO nestas áreas, esta análise destaca o potencial de algumas ferramentas da UE nos domínios do desenvolvimento de capacidades, tecnologia e aquisição de armamento de forma a reforçar o seu contributo para a dissuasão e defesa territorial. Embora essa contribuição geralmente seja indireta, ela seria estratégica e politicamente significativa.



O impulso da UE para moldar a nova economia global

Nos últimos três anos, a “soberania digital” surgiu como uma ambição prioritária nas discussões europeias sobre tecnologias emergentes e política digital. Como a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, deixou claro em comentários anteriores perante o Parlamento Europeu, o seu objetivo era que a Europa alcançasse “soberania tecnológica em algumas áreas tecnológicas críticas”. Desde então, os apelos à UE para obter maior autonomia em tecnologias e políticas digitais continuaram, principalmente na “Bússola Digital” de 2021 da comissão, que pedia que a UE “garantissem a soberania digital” desenvolvendo tecnologias-chave, promovendo habilidades digitais e impulsionar a digitalização em setores-chave.



Integração inclusiva para investimento, inovação e instituições eficazes

Na encruzilhada da política industrial e da Política Comum de Segurança e Defesa, as iniciativas de defesa da UE estão acelerando-se com o apoio político das instituições da UE e dos principais Estados-Membros. A guerra da Rússia na Ucrânia desempenhou um papel fundamental na introdução de propostas de quebra de tabus para fortalecer as capacidades de defesa da UE. Para ser eficaz, a UE deve adotar o mecanismo da “integração inclusiva”, reconhecendo que uma maior cooperação entre os Estados-Membros, países candidatos e parceiros com ideias semelhantes torna a União mais forte. As ações políticas sob este mecanismo devem, portanto, visar completar o quadro regulamentar da Base Tecnológica e Industrial Europeia de Defesa.